

## POLÍTICA


 CRISE A BORDO

# Tempo difícil para FHC

*Presidente enfrenta as maiores turbulências do mandato*

Eraldo Peres 1.03.96

Vanda Célia e  
Marcelo de Moraes  
Da equipe do Correio

O presidente do PFL, Jorge Bornhausen, costuma ter estilo direto. "Concordo com você, nós estávamos confiantes demais", disse pelo telefone ao vice-presidente Marco Maciel, na manhã da última quinta-feira, a mais cinzenta já vivida pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Duas violentas turbulências haviam atrapalhado o plano de vôo do governo e de seus aliados. No Senado, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com poderes para fazer uma devassa nos bancos. Na Câmara, o parecer da reforma da Previdência foi rejeitado.

Não foram as primeiras crises entre Executivo e Congresso, mas foram as mais graves dos 435 dias transcorridos do mandato de Fernando Henrique (ver reportagens nas páginas seguintes).

**Manobra** — Piloto com 92% de aprovação popular, responsável pelo êxito do Plano Real e eleito com o compromisso de fazer as reformas, Fernando Henrique e seus operadores políticos fizeram naquela quinta-feira a primeira autocrítica: o excesso de confiança dos governistas seria a causa das duas derrotas no Congresso.

Mas não era só isso. A CPI saiu depois de manobra urdida pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), candidato à reeleição pelo seu partido e, portanto, adversário do PSDB de Fernando Henrique, que defende a reeleição.

"A iniciativa da CPI é política", admitiu o porta-voz do Palácio do Planalto, Sérgio Amaral. "Ela cria uma situação de risco para o mercado financeiro", completou.

Aumento das taxas de juros, volta da inflação e temor de mais quebra de bancos foram argumentos usados pelos governistas para tentar fazer o Senado recuar.

Em meio à crise, Fernando Henrique fez a manobra mais ousada: determinou que três partidos aliados ao governo — PSDB, PFL e PTB — não indiquem membros para a CPI. Ou seja, ela agora só sai se o PMDB de Sarney e o PPB do prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, outro candidato à sucessão, bancarem o jogo. O governo aposta que eles não farão isto, mas o risco existe.

**Negociação** — Além da negociação que está fazendo no Senado para impedir a CPI, o governo abre a próxima semana jogando pesado na Câmara. Marcou para os primeiros dias de abril a nova votação da reforma da Previdência, mas tem que negociar primeiro o voto favorável dos aliados que o derrotaram na semana passada.

"Vamos fazer trabalho de ourives, identificar os problemas e tentar resolvê-los", informou o presidente do PFL, Jorge Bornhausen ao vice-presidente Marco Maciel, no telefonema a quinta-feira. E completou: "Há males que vêm para bem, vamos tentar votar o projeto original do governo que é melhor do que o parecer derro-



**Fernando Henrique faz manobra ousada contra a CPI do Senado, paga para ver e dá xeque nos adversários**

tado na primeira votação".

Político cuidadoso, Bornhausen passou os três últimos dias analisando o mapa da derrota do governo. No PFL, onde foram dados sete votos contrários à reforma, o trabalho dos ouri-

ves do governo vai a pleno vapor. Agora, só um voto — o do deputado Régis Oliveira (SP) — é dado como perdido.

PFL e PSDB devem enquadrar seus quase 200 deputados. Mas não bastam para aprovar a emenda. Ela precisa de,

no mínimo, 308 votos favoráveis. As maiores dificuldades para o governo obter esse número estão no PMDB, PTB e PPB, partidos aliados a Fernando Henrique, mas com alto índice de rejeição às mudanças na aposentadoria.